

TEATRO DAS TREVAS

Vive-se um regime alegadamente democrático, em que existe a expectativa de representar todos os grupos sociais presentes no Brasil. O sufrágio é universal, todos têm direito a voto, o que deveria satisfazer o desejo geral por representatividade.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2022, a população brasileira é composta por 83,6% de cristãos, o que é compatível com os dados do Ipsos-Ipec (Índice de Conservadorismo Brasileiro 2025), que classificam 49% da população como perfil de “alto” conservadorismo, 44% como “médio” e 8% como “baixo” (com índice geral de 0,652 numa escala de 0 a 1). A mesma publicação mostra também 16% a favor da legalização do aborto e 75% contra.

Há aqui uma tentação positivista: usar os dados dessas pesquisas para alegar que o conservadorismo e o cristianismo deveriam ser forças dominantes na política nacional e que há algo de errado com a democracia brasileira, dada a sub-representação de cristãos, conservadores, semelhantes e genéricos. Mas, na verdade, os fatores que revelam a perseguição franca, desavergonhada e sistemática ao cristianismo brasileiro são outros.

Não há qualquer voz confessionalmente cristã na mídia, e não existe um único veículo de imprensa que trate com brandura ou normalidade qualquer figura religiosa minimamente conservadora e comprometida com os fundamentos do cristianismo professado. Todo e qualquer movimento de pastores e lideranças sociais cristãs no Brasil é digno de alvoroço, difamação e acusações de tentativas de articular um golpe que resultará em um regime teocrático persecutório, facínora e opressor. Mídia, parlamentares e militantes são autorizados a conspirar e difamar cristãos por todos os meios possíveis: desde a confabulação por teses acadêmicas que teorizam sobre uma “teologia do domínio” ou um “cristofascismo” até artigos de opinião que condensam essas teses em linguagem jornalística, embaladas com jargões que serão repetidos *ad nauseam* pela militância esquerdista e liberal. Com toda essa máquina de moer ligada vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, não se vê nas prateleiras de livrarias ou nas listas de livros mais vendidos qualquer sistematização ou teoria política de inspiração cristã.

Para formalizar o teatro democrático, o sistema político brasileiro dá a chance de que alguns cristãos de confissão pública concorram a cargos no parlamento, em conselhos tutelares e na vereança, mas sob a constante ameaça de cassação e sanção, sob o argumento de ilegalidade no uso de estrutura religiosa e de “abuso de poder religioso”.

Enquanto o tráfico de drogas coage moradores a votarem em seus candidatos, domina territórios impondo novas leis e afrontando a soberania nacional, evangélicos, católicos romanos e protestantes históricos são tratados como uma ameaça real à ordem política nacional pela academia, pela mídia e por parte da classe política.

Se não é dada a liberdade para que cristãos discutam política sob seus próprios termos, se não é permitido levar à população brasileira um projeto político nacional fundamentado na tradição civilizacional do cristianismo sem que imediatamente sejam ajuizadas ações judiciais e iniciadas campanhas de difamação na mídia e por parte da militância esquerdista, como considerar o Brasil uma democracia?

Uma nação que tem mais representantes do projeto de jovens lideranças do Fórum Econômico Mundial do que de sua própria religião dominante é uma democracia representativa, ou um teatro das trevas dominado por uma elite avessa ao nome de Cristo?

- **O Brasil se apresenta como democracia representativa**, mas a composição religiosa e conservadora do país não se reflete com normalidade no espaço público.
- **A mídia e a academia enquadram lideranças cristãs conservadoras como ameaça**, usando jargões e campanhas para deslegitimar sua participação política.
- **Entre cassações, acusações de “abuso de poder religioso” e judicialização**, o cristianismo fica sem voz institucional, e a representatividade vira teatro.

